

Insegurança, governança global e democracia

Por que o mundo atual se tornou mais perigoso? A insegurança não está presente apenas nos planos belicosos dos Estados Unidos e nas ações dos grupos islâmicos clandestinos. As “guerras sociais” causam mais mortes do que as guerras entre exércitos e colocam o problema da segurança civil na agenda mundial. Se, neste novo contexto neo-imperial, as direções dos movimentos sociais e das ONGs têm sido incapazes de reconciliar a equação do poder com a legitimidade social, o caminho para a construção da paz, no século 21, passa necessariamente pelos fóruns sociais e os diferentes movimentos cívicos em todo o mundo.

Gustavo Marin¹

Com frequência, achamos que segurança é uma questão de lei, militares e polícia. Mas são várias as dimensões da segurança. É uma questão econômica porque ter um emprego estável, a capacidade de se alimentar e um teto sobre a cabeça são as condições mais elementares da segurança para o indivíduo, a família e a comunidade. É uma questão social porque o respeito mútuo entre pessoas da vizinhança e um “entendimento cordial” entre diferentes grupos sociais são os fundamentos de uma vida pacífica. A segurança social, considerada como o acesso básico aos serviços de saúde e educação pública e à aposentadoria decente, é vista como uma necessidade não somente pelos povos dos países ricos industrializados, mas por grandes parcelas da população dos países pobres em desenvolvimento. É uma questão política porque o direito de expressar idéias e convicções e de se associar a outras pessoas para assumir responsabilidades nos assuntos públicos de uma organização, distrito, partido político, país ou organismo internacional constitui um dos fundamentos de uma vida social justa – tanto quanto o direito à vida. Finalmente, é uma questão cultural porque viver em paz num mundo de diversidade é um componente essencial da condição humana.

A necessidade de proteção e a ausência de perigo são vitais e tão importantes quanto o direito à alimentação e ao acesso à água,

pois o medo leva à impotência e à violência. As primeiras questões que vêm à mente são as seguintes: quais são as causas da insegurança, não somente da insegurança civil, como também da econômica, social, política e cultural? Por que o mundo de hoje tornou-se mais perigoso?

As manifestações de insegurança se fundem e não existem somente nos planos belicosos do governo dos Estados Unidos ou nas ações armadas dos grupos islâmicos clandestinos. A injustiça e a violência permeiam a vida diária na esfera local, no interior das famílias, nos distritos e nas cidades, em regiões inteiras e entre os países. Não somente as guerras “oficiais”, ou aquelas que assim aparecem na mídia, causam a insegurança. A violência existe tanto nas relações cotidianas como nas redes mafiosas, assumindo o controle de distritos, regiões e países, estendendo-se pelos continentes. As “guerras sociais” causam mais mortes do que as guerras entre exércitos e colocam o problema da segurança civil na agenda.

As tensões e os conflitos que ameaçam a segurança individual e comunitária têm raízes diferentes: desigualdades econômicas, conflitos sociais, sectarismo religioso, disputas territoriais e pelo controle de recursos vitais, como água e terra. Todas essas causas expressam uma crise de valores e a grande dificuldade de encontrar significado pessoal e coletivo para nossas vidas e nossas sociedades.

Como enfrentar essa situação? Novas regulamentações econômicas resultarão na diminuição das desigualdades e assegurarão uma vida mais decente para milhões de seres humanos? Será que a Organização das Nações Unidas (ONU) conseguirá neutralizar

os planos expansionistas dos novos países colonialistas de nossa época? Poderá a educação para a paz acalmar as pessoas? A natureza individual dos seres humanos mudará ao mesmo tempo em que se modificam as estruturas sociais e os sistemas políticos?

Respostas para essas questões devem levar em conta toda a complexidade que os temas envolvem e também devem recorrer a estratégias que lidem diretamente com a insegurança. Por um lado, uma democracia genuína não pode ser atingida sem uma nova economia, mais justa e mais social; por outro, uma nova economia não será viável sem uma democracia genuinamente participativa. A justiça não é possível se as leis não estão profundamente enraizadas nos princípios democráticos, e, sem justiça, a paz é somente uma ilusão. Porém, como vamos conseguir, ao mesmo tempo, uma economia digna, uma democracia aberta, um sistema jurídico legítimo e uma sociedade justa? Cada um desses componentes está relacionado aos demais, o que significa que o importante mesmo é o todo.

ONU perde legitimidade

A atual insegurança está ligada às políticas unilaterais e imperialistas dos Estados Unidos. Um número cada vez maior de cidadãos e cidadãs se conscientiza de que as pessoas que lideram a política e a economia das principais empresas e instituições internacionais não são somente incapazes de lidar com a insegurança, mas também, acima de tudo, são as principais culpadas.

Para garantir a segurança e a democracia, é necessário dismantlar os fundamentos centralizadores do poder. Entretanto, na prática, a rodada de grandes conferências das

¹ Com nacionalidade chilena e francesa, é o diretor de programa da Fundação Charles Léopold Mayer para o Progresso do Homem, França. Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Unido (www.alliance21.org).

Nações Unidas foi incapaz de gerar novas formas institucionais, mais democráticas e abertas à diversidade internacional. Esse fracasso mostrou as limitações da ONU como organismo multilateral e base da governança global. Na maioria das vezes, é o unilateralismo imperial do país mais poderoso que prevalece. Além disso, a exigência contínua de militarização alimenta uma lógica de terror e guerra.

A ONU está perdendo gradualmente sua legitimidade e autoridade para tratar de temas globais. A Assembléia Geral é composta de Estados representados pelos governos, e não pelos seus povos. Nem os parlamentos nem as instituições mais representativas dos povos têm acesso à ONU. O Conselho de Segurança tem mais poder do que a Assembléia Geral e depende do direito de veto de cinco membros. A Organização Mundial do Comércio (OMC) e as instituições de Bretton Woods não estão efetivamente subordinadas à ONU e possuem mais poder do que ela. Organizações internacionais antidemocráticas, como o G-8, e contratos internacionais assinados entre as empresas transnacionais têm mais impacto sobre a globalização do que a própria ONU.

Como a ONU pode ser reinventada e revigorada? Será possível abolir o direito de veto? Como fazer para subordinar o Conselho de Segurança à Assembléia Geral? Da mesma forma, é preciso encontrar maneiras para que a Assembléia Geral tenha autoridade efetiva sobre a OMC e as instituições de Bretton Woods. Isto será possível? Além disso, avançando um passo na Assembléia Geral de representantes de governos, será viável um parlamento mundial? Será possível tornar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, complementada pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc) e por todos os novos direitos ambientais, a referência básica de uma Constituição mundial para uma globalização socialmente consciente e democrática? Que alternativas existem para reformar a ONU nessa direção?

Novo papel para as Forças Armadas

Com o unilateralismo e as guerras, militares passaram a ter um papel cada vez mais importante. Com frequência, afirma-se que o setor deve obedecer ao poder político; entretanto, se as políticas implementadas são cada vez mais autoritárias e expansionistas, o papel militar cresce, e as práticas mais repulsivas tornam-se comuns, como foi exemplificado pela tortura e pelos maus-tratos contra prisioneiros de guerra no Iraque.

O envolvimento militar pode ajudar a “reduzir tensões” e separar facções em conflito, para criar as condições de restauração da calma e, finalmente, da paz. Essa ação inicial é muitas vezes essencial, pois permite que as autoridades políticas, as ONGs e outras organizações entrem em cena e reconstruam a paz. O papel militar não é “construir a paz”, mesmo que ocasionalmente recebam esse encargo. Essas missões devem durar períodos curtos, e as forças militares devem entregar o poder tão logo sejam restauradas as condições para um diálogo mínimo.

Para que militares cumpram um papel que ajude a promover a paz, são necessárias três condições:

- os objetivos e a duração da missão das forças armadas devem ser claros e estar de acordo com regras específicas de engajamento;
- no marco de sua missão, as forças armadas devem ser treinadas para respeitar um código de conduta, de modo a “controlar” o uso de sua força. Isso requer mudanças nos programas de treinamento das academias militares;
- sempre que possível, as forças armadas devem atuar com um mandato internacional amplamente aceito, que legitime suas ações.

No entanto, será justo ou viável criar uma força militar independente, regida por lei internacional, capaz de intervir em diferentes conflitos? Se essa força militar estará baseada na lei, como é possível assegurar que a lei seja genuinamente democrática? Poderá essa força existir globalmente e será possível criar um Parlamento dos Povos que legitime a vontade da maioria?

A governança democrática em perigo

A governança democrática atualmente enfrenta graves perigos. Os aparatos executivo, legislativo e judiciário dos governos foram burocratizados e estão fora de contato com a realidade. Após várias décadas de hegemonia neoliberal, o hiato entre a sociedade civil e as instituições democráticas na maioria dos países vem crescendo de forma alarmante. Os movimentos sociais e a sociedade civil se desenvolveram sem manifestar, com raras exceções, sua presença em instituições renovadas, democráticas e democratizantes. Em consequência, a própria noção de democracia está sendo questionada.

Os riscos políticos dessa situação são óbvios. Como podemos reverter o atual descrédito da democracia, tanto na imaginação social como nas práticas políticas? O mero reforço das instituições políticas não assegura a democracia, que é forjada pela pressão social. Como podemos canalizar os movimentos e as forças vitais da sociedade de modo a renovar a democracia? Por último, pode a democracia participativa ser a forma radical de construção de uma segurança social genuína?

Sem dúvida, enfrentamos um grande desafio histórico, que resulta de novas tensões entre a democracia direta e a democracia representativa. O monopólio das “políticas de poder” pelos partidos políticos tem sido questionado pela autonomia de diferentes movimentos. A democracia participativa exige movimentos fortes. No entanto, as direções dos movimentos sociais e das ONGs têm sido incapazes de reconciliar a equação do poder com a legitimidade social, ou seja, tem sido impossível universalizar os direitos. Em consequência, a democracia só pode ser viável se alimentar movimentos fortes e formas concretas de representação partidária. De outra forma, não será mais do que simples demandas corporativistas, defendidas por distintos movimentos que objetivam seus próprios interesses. O que deve ser feito para reinventar os partidos? Será possível reformar os sistemas políticos e as instituições de governo local, nacional, internacional e global, de modo que reflitam a vontade democrática do povo?

Entre o neo-imperialismo e o terrorismo

Cresce a convicção de que é preciso romper um limiar e atingir um novo estágio. Embora o fim do *apartheid* e a queda do Muro de Berlim tenham despertado esperanças de uma nova ordem mundial, baseada no multilateralismo internacional, fundado nas leis e nos princípios democráticos, somos hoje testemunhas de um cenário radicalmente diferente. Presenciamos o reinado ilimitado do império estadunidense sobre o restante do mundo. A globalização neoliberal espalha incessantemente seus tentáculos pelos quatro cantos do mundo, agravando as desigualdades entre pessoas ricas e pobres e entre o Norte e o Sul. O cenário do início do século 21 está marcado pela mudança da globalização neoliberal para a globalização neo-imperial, na qual a lógica da guerra foi agregada à lógica da competição, arrancando a máscara atrás da qual os Estados Unidos e seus aliados se escondiam.

A situação atual está marcada por um crescimento forte da violência espetacular dos grupos fundamentalistas islâmicos, que

atuam em redes. Chegamos ao ponto de comemorar anualmente grandes ataques terroristas que mataram milhares de pessoas. Desde então, vivemos num mundo no qual lembramos massacres do passado. Esta é a característica singular que demarca nossa era: o império estadunidense dá as ordens, porém no meio das explosões. A prova disso pode ser observada não somente no Iraque, como também em outras partes do mundo árabe, nas grandes cidades do Norte e em algumas do Sul.

Neste contexto, temos que nos perguntar se não estamos entre a cruz e a caldeirinha. De um lado, está um império que dita sua lógica de *Pax Americana*, por meio da guerra e de sua organização social; de outro, grupos que organizam repetidos ataques terroristas. Tampouco podemos esquecer das redes mafiosas clandestinas que controlam a vida de milhões de seres humanos, forçados a viver em condições semelhantes à escravidão. Nesse marco (se é que podemos chamar isso de marco), a sociedade

civil que buscamos desenvolver, além de sua simples emergência, deve evitar cair na posição de refém.

É claro que houve avanços significativos, como os fóruns sociais e as diferentes alianças. O século 21 será um período de grandes mudanças em relação a como pensamos, sentimos, produzimos, consumimos, estabelecemos vínculos e nos governamos. Todos sabemos disso, porém sozinhos(as) somos paralisados(as) pela nossa impotência. É contra essa impotência que precisamos reagir, e tal reação já se manifesta em diferentes formas por todo mundo.

Assim, para enfrentar e superar esse desafio, um amplo debate de idéias e propostas está em curso, como parte de um processo desenvolvido pelos fóruns sociais e pelos diferentes movimentos cívicos de muitas regiões em todas as partes do mundo. Esses movimentos podem fornecer não somente as respostas a essas questões, como contribuir para a abertura de novas perspectivas, de modo que a humanidade possa viver em paz. ■